

Antiga tradição colore ruas históricas de Minas

_____ página 09



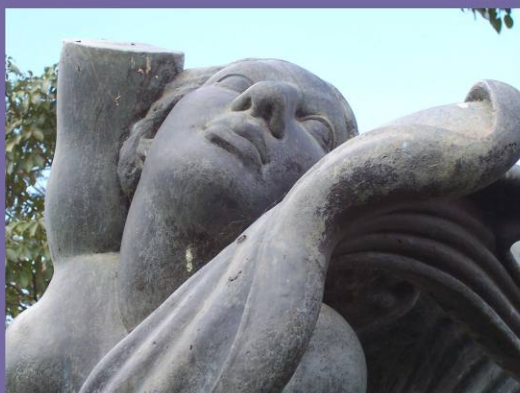
Divulgação/Rodrigo Câmara

Tapetes de serragem, tradicionais no interior, já chegaram até as passarelas de moda, como da São Paulo Fashion Week-2007



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Presidente do Iepha fala sobre a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural

_____ páginas 06 e 07



Divulgação/V&M Brasil Centro de Cultura

Restauração do Cine Brasil mostra surpresas como a pedra fundamental enterrada há mais de 70 anos

_____ página 03

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Questões do patrimônio no foco da Jornada Mineira

Para além da atuação normativa e muitas vezes discricionária dos poderes públicos na área da preservação do patrimônio cultural, é preciso investir maciçamente em ações de promoção. A execução de projetos de educação patrimonial direcionados ao público estudantil e às comunidades muito contribui para o alargamento daquilo que poderíamos chamar de uma "consciência patrimonial" e de um pensamento crítico em relação ao estágio atual da sociedade e de suas preocupações mais imediatistas.

Entretanto, mais do que educar, é preciso fazer circular, renovar, estimular e transmitir os valores culturais, alertando para o caráter multifacetado da memória. Dar visibilidade às questões do patrimônio cultural e, para isso, buscar a adesão de diversos agentes que atuam na área, é o objetivo maior da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, que o presidente Carlos Noronha apresenta com maiores detalhes nesta edição do Bem Informado.

Por meio da rede internacional de computadores, o mundo está mais do que conectado, as informações chegam aos borbotões e é possível o acesso virtual a lugares e produções humanas como nunca antes. Todavia como distinguir o joio do trigo? A pergunta pode parecer anacrônica diante dos novos tempos, e até mesmo imprópria, frente à democratização do acesso proporcionado pela internet e por outros canais de comunicação. Mas se tudo é importante ou interessante, nada o é – e, vamos reconhecer, tem muito lixo circulando por aí.

Formar cidadãos conscientes de que a tecnologia não é um fim, e sim um instrumento para construir um mundo melhor, e que a busca do sucesso individual, em detrimento de valores como solidariedade e respeito mútuo, é um dos fatores da própria desagregação social em que vivemos – da qual a violência urbana é reveladora – é uma das propostas da Jornada Mineira, que contará com um sítio eletrônico aberto à contribuição de todos.

A expectativa é reunir os mais diversos públicos e atores do setor cultural e de patrimônio para que desenvolvam ações que dêem a maior visibilidade possível para a questão de que preservar nossa memória é responsabilidade de todos.

Maria Marta Martins de Araújo
Vice-presidente

NOSSA MISSÃO É GARANTIR À SOCIEDADE A ACESSIBILIDADE E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR MEIO DA PRESERVAÇÃO, VALORIZANDO E RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS.

Técnicos visitam igreja



O Iepha enviou uma equipe da Diretoria de Conservação e Restauração para uma primeira avaliação do que restou da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, em Dores de Guanhães, consumida pelo fogo na madrugada da terça-feira de Carnaval. Conforme os técnicos, houve perda total da edificação, que tem tombamento municipal.

A edificação, de 1860, havia sofrido diversas intervenções ao longo do tempo, restando pouco do projeto original. Seus bens móveis escaparam do fogo, pois estavam guardados em outro local, depois da interdição da igreja em maio de 2008. O projeto inicial de restauração da Igreja havia sido aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura no ano de 2008. A verba agora será repassada para a prefeitura de Dores de Guanhães para a reconstrução da Igreja que terá acompanhamento do Iepha.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Surpresas e lembranças no Cine Brasil

Um dos espaços que mais marcou a arquitetura e a vida social de Belo Horizonte deve ganhar vida nova em breve. Com acompanhamento técnico do Iphan, segue em ritmo acelerado o trabalho de restauração do prédio que sediou o Cine Teatro Brasil por quase 70 anos - de sua inauguração em 1932 até a última sessão, em 1999.

Um dos mais baixos edifícios da região atualmente, o Cine Brasil era, na época de sua inauguração, um dos mais altos da cidade; seu terraço era, inclusive, usado como mirante. Além de apresentar filmes, peças teatrais e bailes de carnaval, a casa de espetáculos marcou seu nome na história da nova capital também por sua estrutura complexa e inovadora. Importante exemplar da arquitetura art déco da década de 30, o prédio inaugurou a era do concreto armado em Belo Horizonte, com soluções de engenharia que ainda hoje impressionam.

Adquirido em 2006 pela Fundação Sidertube (mantida pela Vallourec & Mannesmann do Brasil), o prédio será transformado no V&M Brasil Centro de Cultura. De acordo com Bruno Berg, um dos arquitetos envolvidos no trabalho de restauração, o projeto foi balizado exatamente pela consideração desses três fatores: ser um exemplar art déco de destaque, a singularidade da engenharia e do fator estrutural (que, apesar do trânsito intenso no local, manteve o prédio "saúdável") e a importância social que o prédio teve e pretende retomar quando estiver pronto. "A idéia é que o espaço volte a ter papel social marcante na cultura de Belo Horizonte, seja novamente tido como uma referência, um marco responsável inclusive pela revitalização cultural do centro", explica Berg.

O trabalho de restauração trouxe à tona muitas surpresas escondidas pelo tempo e que ajudam a contar a trajetória do Cine Brasil. A maior delas estava escondida a 1,5m de profundidade: a pedra fundamental do prédio, enterrada provavelmente em 1927. Dentro de uma caixa metálica, foram encontradas moedas em bom estado e papéis já decompostos. A urna está guardada na V&M Brasil e vai integrar o acervo do futuro Centro Cultural. Outra descoberta



Técnicos recuperam pintura em padrão geométrico que estava oculta

interessante foram caixas com cartazes e anúncios de filmes de diversas épocas de funcionamento do cinema.

Uma rampa lateral bastante inclinada também chamou atenção da equipe que constatou, em fotos antigas do interior do cinema, ter havido ali uma suave escada. O trabalho de prospecção comprovou que ela permanecia no local, coberta pela rampa, podendo então ser recuperada.

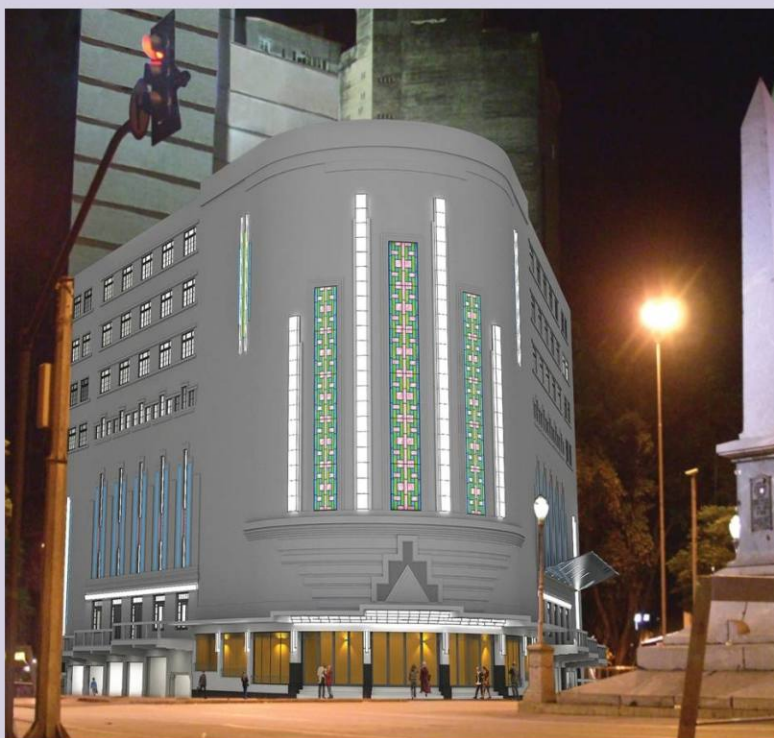
Outra preciosidade que será restaurada e devolvida ao público (também descoberta graças a fotos antigas do interior do prédio) são os 320 metros quadrados de uma belíssima pintura decorativa encontrada nas paredes laterais e de fundo do foyer e dos balcões. Em padrão geométrico, estilo art déco, o trabalho é atribuído por especialistas ao artista italiano Ângelo Biggi. A pintura se encontrava sob quatro camadas de tinta. Após a remoção das repinturas, o desenho passará por reintegração.

No final do ano passado, o projeto de restauração do Cine Brasil recebeu o Pêmio Rodrigo Melo de Andrade, concedido pelo Iphan a trabalhos pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Espaço para cultura

O Centro de Cultura terá duas salas para teatro ou cinema: uma para 200 pessoas e outra que comportará até mil espectadores. No andar superior, acima da antiga cobertura do cinema, um grande salão para eventos. As pequenas salas de uso comercial (escritórios e consultórios) que ocupavam do 7º ao 10º andar do prédio serão ampliadas e transformadas em grandes salas multiuso que poderão sediar cursos, palestras e oficinas.

Outro destaque do prédio será a ocupação museológica de um pavimento intermediário, com estrutura aparente de concreto e tubular, que contará um pouco da história do concreto armado, além da memória do próprio Cine Brasil. "Esta ala da memória do cinema já está atraindo apaixonados antes mesmo de sair do papel. Várias pessoas têm nos procurado querendo doar alguma relíquia relacionada a tudo isso aqui. O Cine Brasil faz parte, de alguma forma, da história de qualquer belo-horizontino. Todos nós temos laços de afinidade com esse lugar", conta Sebastião Merij, assessor da presidência da V&M do Brasil e diretor-presidente do V&M Brasil Centro de Cultura.



Divulgação/V&M Brasil Centro de Cultura

Perspectiva do V&M Centro de Cultura

Tela de José Bonifácio é restaurada



 Obra é entregue após minucioso trabalho

Uma tela de grandes proporções, de 3,05m x 1,95m, que retrata o Patriarca da Independência, foi entregue, totalmente restaurada, à Escola Estadual José Bonifácio, depois de um minucioso trabalho.

Possivelmente datada de 1927, a tela chegou ao ateliê do Iepha em 2002, com grandes cortes, arranhões profundos, rabiscos, marcas de fita adesiva e grande perda de pintura na área da assinatura. A moldura também se encontrava bastante danificada pelo tempo, empenada e com infestação de cupins. O estado em que se encontrava a obra exigiu um longo e detalhado trabalho das restauradoras Patrícia de Oliveira Prates e Gelvane Costa Nunes e dos marceneiros João Roberto dos Santos e Armando Jair da Silva, da Gerência de Elementos Artísticos.

A pintura — óleo sobre tela em tons pastéis, contrastando com cores vivas — retrata fases históricas do Brasil, desde o seu descobrimento. No primeiro plano, em pé, com roupas típicas do período imperial, aparece José Bonifácio de Andrada e Silva e, em segundo plano, a representação dos quadros “Grito da Independência”, de Pedro Américo, e “Tiradentes”, de Décio Villares, e uma ilustração que remete à Lei do Ventre Livre.

O grande mistério que ronda o quadro — sua autoria — ainda persiste. O mais provável é que seja de Décio Villares (1851 – 1931), artista que foi discípulo de Pedro Américo e, entre outros grandes trabalhos, desenhou a atual bandeira do Brasil. Parte de suas obras foi queimada por sua esposa, após sua morte. A confirmação de sua autoria na tela de Bonifácio não foi possível porque a escola não possui documentos que comprovem a procedência do quadro e não foram localizadas outras telas do autor, com as mesmas proporções, para que se fizesse uma comparação exata entre as assinaturas.

Na escola, a tela estava colocada no hall, sujeita a riscos, por ali ser local de maior circulação de pessoas. A ideia é que agora ela ganhe outro espaço. Até que seja definida sua colocação, a obra está devidamente acondicionada para sua perfeita conservação.

| Patriarca da Independência

José Bonifácio de Andrada e Silva, estadista brasileiro, nasceu em Santos, em 13 de junho de 1763. Foi professor na Universidade de Coimbra, onde se graduou em Filosofia Natural e Direito Civil e membro da Academia de Ciências de Lisboa. Por ocasião da Invasão Francesa, em 1807, alistou-se no Corpo Voluntário Acadêmico, onde serviu como oficial e depois como comandante. Expulsos os invasores, tornou-se Chefe de Polícia do Porto.

Após retornar ao Brasil, dedicou-se ao estudo de minerais. Tornou-se figura de projeção política a partir de 1821, como vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo. Foi o primeiro brasileiro a ocupar um ministério, o do Reino, em janeiro de 1822. Sua grande capacidade, seus dotes de inteligência e de caráter, tornaram-no, junto a Dom Pedro, o principal responsável pela Independência.

No Primeiro Reinado, ocupou a pasta do Império quando, em 1823, com seus irmãos Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, afastou-se dos Conselhos da Coroa, iniciando oposição a D. Pedro I.

Foi eleito para a Assembléia Constituinte de 1823, ano em que foi preso e deportado. Voltou ao Brasil em 1829. Assumiu a cadeira de deputado pela Bahia, como suplente, nas sessões legislativas de 1831 e 1832. Reaproximou-se do Imperador que, ao abdicar à Coroa, em 1831, o indicou para tutor de seu filho - Dom Pedro II. Foi destituído da tutoria, pelo Governo da Regência, em setembro de 1833. Ficou em prisão domiciliar até 1835. Morreu em Niterói em 1838.



Primeira etapa da restauração do PSIU/UAI, fica pronta em maio

Começou, em janeiro, a etapa inicial das obras de revitalização de um dos mais importantes imóveis históricos de Belo Horizonte. Localizado na Praça Sete, coração da cidade, o prédio que sedia a Unidade de Atendimento Integrado (UAI, antigo Posto de Serviços Integrados Urbanos – PSIU) será totalmente restaurado para ter recuperada sua beleza e para que receba adaptações para o uso público.

Neste primeiro momento, o foco é a recuperação total da cobertura do edifício, com substituição do entelhamento e imunização da parte estrutural. As telhas degradadas e as de fibrocimento serão completamente substituídas por telhas francesas de cerâmica, unindo o reparo funcional necessário ao resgate visual de tempos passados. A parte central do telhado será substituída por uma pirâmide de vidro, contribuindo com a estética do prédio. Também serão feitas a recuperação do sistema de escoamento de águas e a construção de três acessos ao telhado para manutenção.

A previsão é de que a recuperação total da cobertura seja concluída até maio. Já o projeto arquitetônico para o restauro integral do prédio, que deve começar antes mesmo que o telhado fique pronto, acaba de ser concluído. O trabalho prevê readequação de espaços e acessos, colocação de elevador e novas instalações sanitárias, remodelação dos sistemas elétrico e hidráulico, instalação de um auditório e total repintura interna e de fachada. O projeto já foi aprovado pelo município e a licitação deve acontecer ainda neste mês.

Depois de pronto, o complexo (composto pelo prédio tombado e seu anexo) continuará abrigando a Unidade de Atendimento Integrado, ficando a estrutura do antigo Bemge, como ficou conhecido, totalmente destinado ao Sistema

Nacional de Empregos – SINE. A estrutura terá salas de aula, biblioteca, auditório e um telecentro para aulas de informática, dentre outros.

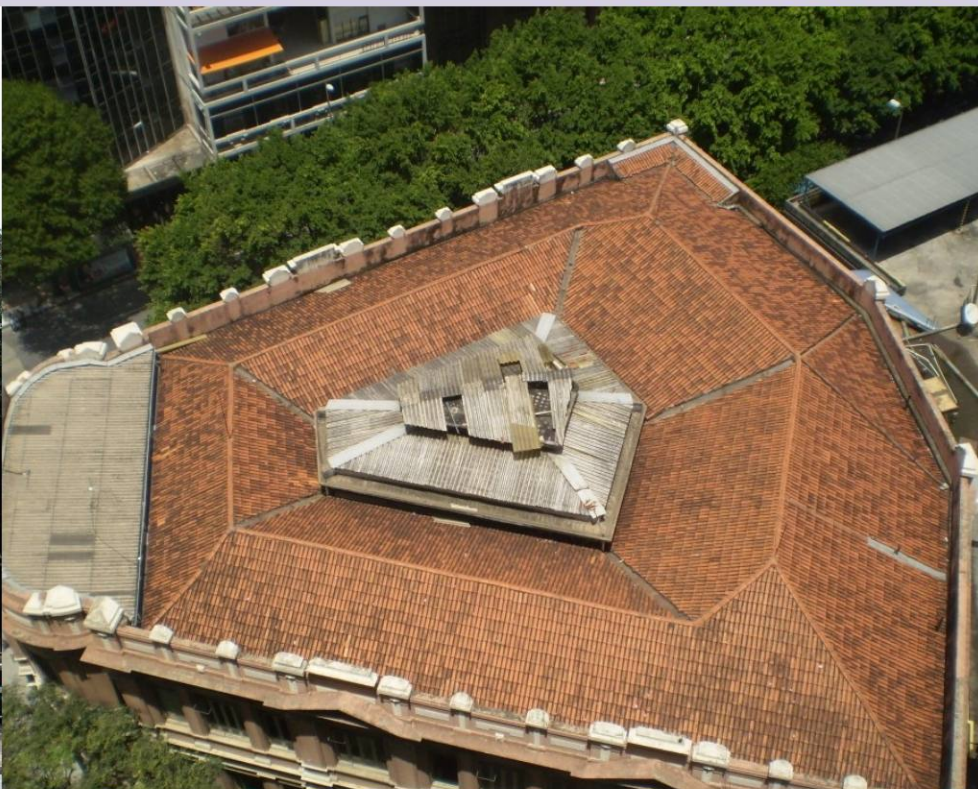
De acordo com Rubem Sá Fortes, arquiteto do Iepha responsável pelo projeto de restauro do prédio, a obra é muito importante não só para adequá-lo ao uso, mas também para a recuperação e fortalecimento do bem frente ao forte desgaste. “Trata-se de um dos prédios mais usados da capital, com fluxo de mais de cinco mil pessoas por dia. Há um desgaste forte, justificado positivamente por ser usufruído integralmente por milhares de pessoas. É um dos aspectos mais interessantes do prédio: ser um bem histórico, com tão grande valor cultural e, ao mesmo tempo, ter um uso social e portas abertas para ser usufruído pela população”.

| Antigo Bemge

Conhecido, entre 1967 e 1998, como sede do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o prédio localizado na Praça Sete foi construído em 1922 para sediar, originalmente, o antigo Banco Hipotecário e Agrícola. O projeto, do arquiteto e escultor Luigi Olivieri, é marcado pelos padrões da arquitetura eclética.

Em 1941, sofreu uma grande reforma, quando foram acrescidos mais um pavimento e uma terça parte de seu tamanho no sentido horizontal seguindo a mesma linguagem arquitetônica da edificação original. Em 1998, tornou-se Posto de Serviços Integrados Urbanos (PSIU). No ano passado, a edificação passou por restauração e readaptação para abrigar a Unidade de Atendimento Integrado (UAI).

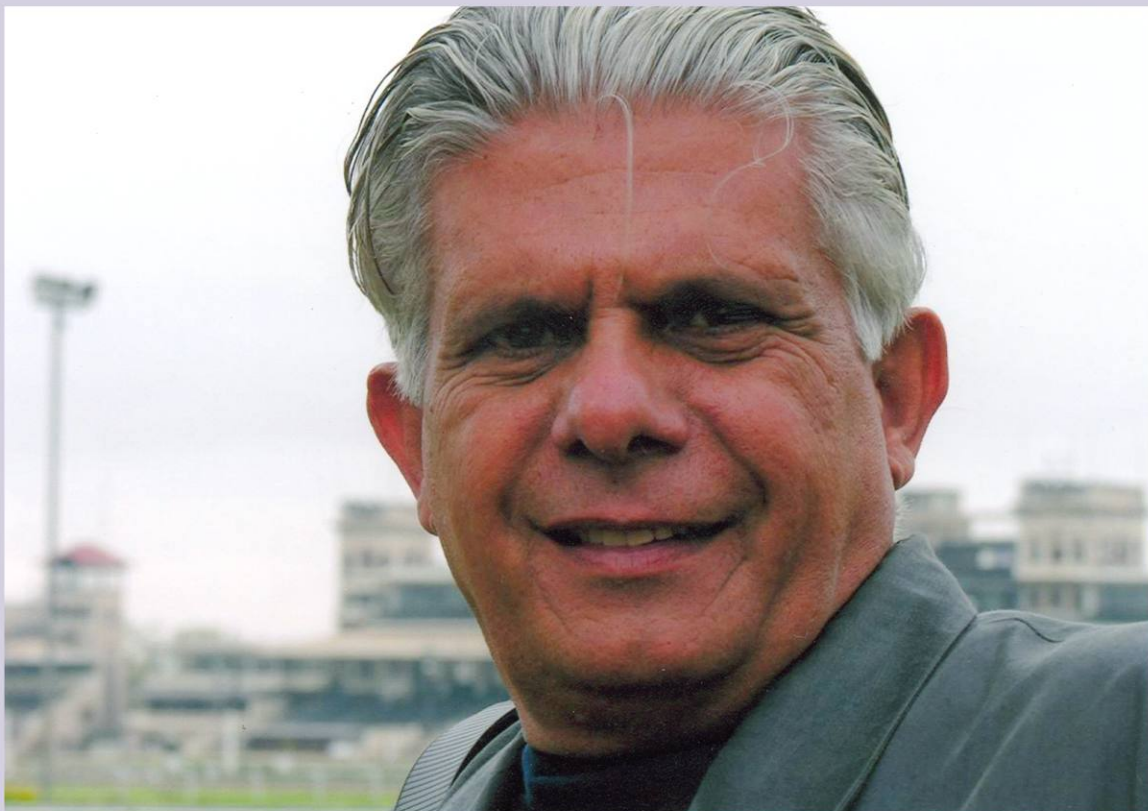
* O prédio tem tombamento estadual pelo IEPHA desde março de 1988



Fachada do antigo Bemge, que vai abrigar o SINE. Ao lado, o telhado que vai ganhar pirâmide de vidro



Celebração do Patrimônio Mineiro



Arquivo pessoal

Presidente do Iepha, Carlos Roberto Noronha, fala sobre a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, que vai acontecer em setembro, numa grande celebração da cultura mineira.

O Iepha está organizando a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura. O que é essa proposta?

A ideia da Jornada surgiu em uma reunião na presidência do Iepha, com a participação do nosso diretor de Conservação e Restauração, Renato César, e da adida cultural francesa Sylvie Debs. Discutindo qual seria uma ação interessante a ser incorporada ao Ano da França no Brasil/2009, foram lembradas as Journées du Patrimoine francesas que se expandiram por toda a Europa. Assim, surgiu uma proposta preliminar denominada Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, com a possibilidade de participação das diferentes unidades que compõem o Sistema Estadual de Cultura. Conceitualmente, a ideia é estruturar a Jornada como um momento em que diferentes eventos destaquem a diversidade do Patrimônio Cultural, simultaneamente, em todo o território mineiro.

A Presidência e vice-presidência do Iepha têm sido responsáveis pela organização da Jornada, com a colaboração das demais diretorias, ficando a cargo da Diretoria de Promoção o papel de articulação e sistematização das ações com os municípios e demais instituições.

A proposta não se restringe apenas ao Ano França/Brasil, uma vez que se propõe a sua transformação num evento anual da Secretaria de Estado de Cultura, sempre com a adesão dos municípios. Esperamos ainda que a Jornada Mineira possa ser conjugada com adesões de outras secretarias de Estado, visando estimular o turismo, a educação e a difusão tecnológica, por exemplo.

Como vai funcionar a adesão dos municípios?

A principal estratégia é sensibilizar entidades públicas, privadas e outras organizações sociais, que atuam nos municípios, para aderirem à Jornada Mineira, incentivando ações culturais, com a participação de formadores de opinião regionais e municipais. Esperamos que segmentos específicos da sociedade proponham eventos para que as questões patrimoniais sejam divulgadas e contribuam para disseminar conhecimentos e construir consensos quanto aos mecanismos de proteção e fruição do Patrimônio Cultural local.

O Iepha, por ser a entidade que coordena a Jornada Mineira, enviará a todos os municípios e entidades um "folder/cartaz", com as informações necessárias para as adesões e modelo do formulário para que os proponentes apresentem seus projetos e ações a serem incorporados à programação geral que será realizada em setembro de 2009. Serão criados links nos sites da Secretaria de Estado de Cultura (www.cultura.mg.gov.br) e do Iepha (www.iepha.mg.gov.br) para o início das ações de adesão e de orientação aos interessados.

É importante que as entidades e pessoas que vivenciam as questões patrimoniais se organizem e façam propostas objetivas, eficazes, de concreta realização, comprometidas com o envolvimento da sociedade e com a discussão das políticas públicas de preservação, e principalmente com a divulgação e a celebração de nosso patrimônio cultural, favorecendo a transmissão do conhecimento e uso dos bens culturais, promovendo sua inserção no momento contemporâneo.

O que a Jornada traz de inovação em relação às ações de promoção do patrimônio cultural?

A grande novidade é a ideia de celebração do patrimônio, pois o que se espera é congregação toda a população em torno de um mesmo propósito, a partir de uma série de eventos simultâneos e localizados em diversos pontos de Minas Gerais. A promoção do patrimônio cultural, tanto de natureza material quanto imaterial, deverá ser o eixo principal das ações desenvolvidas, com ampla divulgação na mídia, ajudando a construir uma nova etapa no sentido da mobilização social em torno das questões da preservação.

Para que a Jornada se transforme em inovação, portanto, é necessária a efetiva participação e contribuição de toda a sociedade para discussões contemporâneas de tutela e co-responsabilidades sociais e econômicas, visando ao desenvolvimento cultural sustentável. É importante que as comunidades se sintam como reais responsáveis e possam contribuir para a reorganização dos direitos e deveres sociais quanto à preservação patrimonial. No âmbito das políticas públicas, será possível acenar com novas práticas, reforçando a necessidade do planejamento e gestão compartilhada, buscando superar o caráter de informalidade muitas vezes presente.

Em que medida essa iniciativa vem ao encontro de uma visão contemporânea da preservação?

O nosso inigualável Patrimônio Cultural vem sofrendo perdas constantes, por abandono, omissão ou dificuldades em se conseguir recursos, muitas vezes vultosos, para a sua conservação. São poucos aqueles que conseguem financiar com recursos próprios a restauração e conservação de seus bens, públicos ou privados, destacando-se as instituições religiosas detentoras de parte significativa dos bens imóveis e móveis tombados. Esperamos que a Jornada do Patrimônio, além de uma celebração da memória e identidade em cada município, sirva também para a busca de diretrizes contemporâneas na implementação de políticas públicas para a área patrimonial.

Acreditamos, ainda, em ações que possam se concentrar na capacitação da comunidade para lidar com suas necessidades de preservação cultural, e passarem a ser detentoras não apenas dos bens, mas de informações práticas – técnicas e conceituais –, agindo enquanto protagonistas, de forma que o patrimônio cultural preservado seja melhor integrado à vida cotidiana.

Uma ação proposta é o “Patrimônio de Portas Abertas”. O que é isso?

Com a ação denominada “Patrimônio de Portas Abertas” seguimos novamente o modelo das Journées du Patrimoine da França. O que se pretende é que os detentores de bens culturais, sejam públicos ou privados, organizem uma programação de visita ao bem cultural, compatível com suas possibilidades. Além disso, poderiam ser incorporadas exposições, mostras, oficinas, programas de educação patrimonial, saraus etc. A ideia é possibilitar aos cidadãos conhecer melhor “coleções” e “espaços preservados” e o sentido de sua preservação.

Seria interessante que cada bem cultural tombado, público ou privado, pudesse ser aberto a uma visita guiada, como uma sala de estar, onde a organização de algumas peças pudesse representar os modos de fazer, vestir, peças utilitárias e outros objetos de memória. A concretização de algumas mostras será, com certeza, um passo à frente na difusão cultural, despertando a curiosidade e justificando a importância da preservação.

As escolas poderão organizar exposições de documentos, mobiliários, fotos, diários de classe, que contribuiriam para o reconhecimento de aspectos da vida cotidiana do segmento educacional, referenciados a diferentes gerações que nos legaram um inestimável patrimônio. O mesmo pode acontecer com empresas, áreas públicas de saúde, engenharia e infraestrutura urbana, ou visitas guiadas a sítios arqueológicos e paisagísticos.

Quando está previsto o fechamento da programação?

Alguns eventos já estão sendo organizados pelo Governo de Minas com a participação de unidades do Sistema Estadual de Cultura: Iepha; Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop); Arquivo Público Mineiro; Rádio Inconfidência; Rede Minas; Superintendência de Interiorização e Superintendência de Museus, que vêm estruturando ações que serão divulgadas em breve.

A Diretoria de Promoção do Iepha já iniciou os contatos com os municípios e a proposta da Jornada Mineira tem sido muito bem aceita, com algumas ações já esboçadas, como seminários, encontros e exposições. A receptividade já se mostra muito positiva e propositiva, o que demonstra o interesse em promover ações conjuntas de valorização do patrimônio local.

O Iepha encaminhará por e-mail e via Correios o “folder/cartaz” – com as instruções para adesão dos municípios, conselhos de patrimônio, universidades, e demais organizações sociais públicas e privadas. O prazo de adesão será até 30 de abril, com a indicação do que será realizado, salientando que os proponentes terão ainda tempo hábil para consolidar as propostas até sua execução em setembro de 2009.

A ideia é que a Jornada se torne permanente. Este ano, de estreia, qual será o tema?

O tema deste ano é a frase divulgada por Aluisio Magalhães quando à frente do IPHAN: “A COMUNIDADE É A MELHOR GUARDIÃ DE SEU PATRIMÔNIO”.

O verbete guardião – na frase – permite leituras com conotações que extrapolam a guardar e defender. Podemos agregar que, para ser guardião, a sociedade precisa não só entender o bem cultural como pertencimento social, bem como deter conhecimentos dos procedimentos, legislações e possibilidades de usos e diretrizes estratégicas de conservação e intervenção. Sentindo-se informadas, as diferentes classes sociais estarão mais aptas – e com melhores condições – para promover a preservação de seu patrimônio.

É, também, um momento de discutir e promover as questões patrimoniais de forma descentralizada, pois cada vez mais precisamos de embasamentos e adequações das políticas públicas às realidades locais, de forma a conduzir a sociedade a desempenhar um papel proativo nas decisões quanto à preservação, conservação e promoção do Patrimônio Cultural Mineiro.

JORNADA
MINEIRA
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL





BLOCO DE NOTAS

Túmulo de patriarca é tombado em Senador Firmino

A cidade mineira de Senador Firmino, localizada na Zona da Mata, acaba de tornar definitivo o segundo processo de tombamento de bem cultural em âmbito municipal. No último dia 5, o Conselho do Patrimônio Cultural do Município aprovou, por unanimidade, a proteção do túmulo do capitão Antônio Fernandes Guimarães (foto). Importante personagem para a história de Senador Firmino, o Capitão de Milícia foi o grande patriarca da família Oliveira Fernandes – maior e mais tradicional da região. O capitão viveu entre 1830 e 1893 e se destacou como grande fazendeiro e severo proprietário de muitos escravos e terras. Diversas lendas são contadas até hoje na região, dando místicas versões sobre seu enterro e sobre o próprio túmulo, que é o mais antigo da cidade.



Divulgação

ICMS Cultural exercício 2010

No próximo dia 15 de abril, termina o prazo para que as prefeituras mineiras encaminhem ao lepha a documentação para análise e pontuação no ICMS Patrimônio Cultural - exercício 2010. A entrega deve ser feita via Sedex, com comprovante de postagem e de recebimento. Só será aceita a documentação encaminhada **pelos Correios** (não é aceita entrega pessoalmente) ao **lepha – ICMS Patrimônio Cultural** no endereço: Praça da Liberdade s/nº (Edifício SETOP) – 4º andar, Funcionários – Belo Horizonte/MG. CEP: 30140-010. A documentação que não chegar à sede do lepha dentro do prazo não será recebida posteriormente para efeito de pontuação.

lepha analisa projeto de restauro da Igreja Espírito Santo do Cerrado

Já está pronto - e passando por análise de técnicos da Diretoria de Conservação e Restauração do lepha - o projeto de restauro da Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia. O trabalho leva a assinatura de Marcelo Ferraz e André Vainer, arquitetos que atuaram, em 1976, como colaboradores da arquiteta italiana Lina Bo Bardi, autora do projeto original.

A restauração deve incluir serviços de paisagismo, iluminação, piso, esquadrias, projeto de incêndio, descarga atmosférica, sistema elétrico, hidráulico e sanitário. Após sua aprovação, o lepha se encarregará da contratação global e supervisão da execução da obra. Enquanto isso, será feita, em breve, a licitação para a obra emergencial de recuperação da cobertura, orçada em R\$ 149 mil.

PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

O pequeno olhar mostra detalhe da escultura “Pampulha”, de 1942, de José Pedrosa, mineiro de Rio Acima, que nasceu em 1915 e morreu em Belo Horizonte, em 2001. A obra está nos jardins do Antigo Cassino de Belo Horizonte, atual Museu de Arte da Pampulha.

O Cassino foi edificado em uma pequena península da Lagoa da Pampulha. O prédio, projetado por Oscar Niemeyer, se harmoniza aos jardins, de autoria de Roberto Burle Marx. Expostas no entorno da edificação estão ainda outras esculturas: “Nu”, de August Zamoyski, e “O Abraço”, de Alfredo Ceschiatti.

Com a proibição do jogo no Brasil, em 1946, o cassino, conhecido por Palácio de Cristal, teve diversos usos – casa de danças, hotel, restaurante, sala de exposições, recepções e bailes - até se transformar no Museu de Arte da Pampulha, em 1957.

José Pedrosa, escultor e desenhista, começou seus estudos com Correia Lima no Curso de Escultura da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro em 1936.

Devoção da fé cristã nos tapetes de serragem

As cidades históricas de Minas Gerais já se preparam para a grande manifestação de cultura e fé, a Semana Santa, e com ela uma das mais antigas tradições religiosas: os tapetes de serragem. Sua confecção teve origem em Portugal e chegou ao Brasil com os imigrantes lusitanos, durante o período colonial. Aqui a técnica foi enriquecida pelo barroco.

Mariana, primeira capital de Minas Gerais, logo adotou o costume. Em 1745, por ordem de Dom João V, a região foi elevada à cidade (a primeira de Minas) e teve Dom Frei Manoel da Cruz nomeado bispo (também o primeiro de Minas), o que aumentou sua população católica. Em 15 de outubro de 1748, Dom Frei Manuel entrou com todas as pompas em Mariana, iniciando uma das maiores festas realizadas na Capitania das Minas, o Áureo Trono Episcopal. “Foi nesta época que a população começou a se unir para confeccionar os famosos tapetes que enfeitam as ruas do centro histórico da cidade”, relata Marcílio Vieira Queiroz, secretário de Cultura e Turismo de Mariana.

Confeccionados com pétalas de rosas, serragem colorida, folhas e pó de café, vidrilhos, cal, farinha de trigo, areia branca e colorida, tampinhas de garrafa, casca de ovo moída e outros produtos, os tapetes cobrem as ruas com imagens que simbolizam a fé cristã. Cada família é responsável pela decoração do espaço em frente a sua residência.

Segundo Marcílio, em 2007 a cidade teve uma “experiência bastante proveitosa”, em virtude da mudança do trajeto oficial por causa de obras de requalificação urbanística em uma das ruas. “Com a mudança, algumas ruas receberam a procissão pela primeira vez e, por isso, muitos moradores tiveram a oportunidade de ajudar na elaboração dos tapetes”, conta.

Mas nem só de beleza são feitos os tapetes. Num movimento chamado de “ação-reflexão”, moradores da Rua Dom Silvério, sempre escolhem um tema para a Semana Santa. Em 2008, quando o tema foi “Sem pão onde há oração?”, junto com todos os produtos característicos da confecção de tapetes, foram colocadas gamelas com diversas qualidades de pães doados pelos moradores. “Quando o padre passou, seguindo a procissão, ele abençoou os pães, que depois foram doados à comunidade carente”, relata Hebe Maria Rola Santos, 77 anos. Outra curiosidade é revelada por uma moradora da mesma rua: Elza Vieira Peixoto, conhecida como Tia Elza, 83 anos. “Durante todo o ano a borra de café é guardada, o que falta nós pedimos nos bares e hotéis”.



Divulgação/Rodrigo Câmara



Divulgação

Em Mariana, tapetes enfeitam as ruas centenárias

Tradição na passarela

Em Ouro Preto, a 90 quilômetros de Belo Horizonte, a tradição fica por conta da Paróquia do Pilar, que há quase três séculos se reveza na organização do evento com a Paróquia da Conceição, de Antônio Dias. No Domingo de Ressurreição (ou Domingo de Páscoa), a cidade é tomada por tapetes. Verdadeiras obras de arte, que colore as centenárias ladeiras de Ouro Preto, representando a fé cristã de seus moradores. Com aproximadamente dois quilômetros de extensão, o trajeto da procissão liga a Matriz do Pilar à Igreja do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. A beleza dos tapetes de Ouro Preto rompeu as fronteiras de Minas, pelas mãos do fotógrafo e artista Rodrigo Câmara, e chegou até São Paulo. De tradicional família católica, ele aprendeu com seus avós, tias e a mãe a arte de confeccionar tapetes. “Sempre preparo um croqui dos tapetes. Em minha família usamos, além da serragem e raspa de couro, cipreste, materiais orgânicos e tudo o que a criatividade e o projeto permitir”, explica.

Amigo do famoso estilista Ronaldo Fraga, certa vez Rodrigo pediu que ele desenhasse o projeto de um tapete para a Semana Santa. Alguns anos depois, Ronaldo pediu que Rodrigo produzisse um tapete para a passarela de um desfile seu. O tema era Guimarães Rosa. “Desenvolvi o desenho, aprovamos e ele foi executado no Palácio das Artes para o projeto 'Rosa no Redemoinho'. De lá surgiu a ideia de fazer a passarela do São Paulo Fashion Week”, revela.

Na edição Verão 2007 da SPFW, o maravilhoso trabalho foi eleito como a melhor cenografia pelo canal de tevê que cobre eventos de moda, GNT. “Hoje, com 31 anos, o que sempre fiz por devoção e pela perpetuação da cultura, realizo como expressão artística”, relata.

Rodrigo Câmara levou sua devoção para o mundo da moda

Monumento Para Quem?

Evelyn Meniconi*

No final do século XIX, Ouro Preto foi perdendo vitalidade devido ao êxodo de parte de sua população e à estagnação econômica decorrentes da transferência da capital mineira. Entretanto, a cidade conservava, em seu território, marcas de um processo histórico e social característicos de seus já quase 200 anos de existência. Grande parte de sua arquitetura colonial do século XVIII e ainda estilos característicos do século XIX permaneceram ali como resultado das ações de seus próprios moradores ao longo do tempo.

Desde a década de 1910, a cidade “conservada” tornou-se local de visitação de vários intelectuais, passando a ser vista como guardiã das autênticas tradições nacionais. Este discurso ganharia força no contexto de comemoração do Centenário da Independência do Brasil, quando a excursão paulista dos modernistas a apontou como berço da nação brasileira por guardar em seu aspecto colonial a arte de Aleijadinho e o palco do herói Tiradentes. Investida de uma função memorial e transformada em símbolo da identidade nacional, a cidade tornou-se alvo das disputas entre as diferentes visões de intelectuais a respeito da preservação do patrimônio nacional.

Na década de 1920, suas posturas municipais já obrigavam a manutenção de fachadas coloniais nas antigas e novas construções. Em 1933, Ouro Preto se tornaria Monumento Nacional e seria submetida às ações segundo os critérios do Museu Histórico Nacional. A cidade foi tombada em 1938, pelo recém-criado SPHAN (atual IPHAN), dirigido pelos modernistas, que passaria a ter o controle direto sobre qualquer tipo de intervenção em seu conjunto arquitetônico e urbanístico, fossem obras novas ou restaurações. Seus critérios se baseavam em padrões estético-estilísticos que buscavam garantir uma imagem idealizada da cidade de um tempo que era o da origem da nação. As obras novas – de caráter excepcional como o Grande Hotel – deveriam ser em estilo moderno, de acordo com a “boa tradição”, desde que feitas por arquitetos conceituados por fazerem “boa arquitetura”. As demais deveriam se harmonizar com a tipologia dos prédios coloniais, sem copiá-los; enquanto as construções ecléticas e neocoloniais



Prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios.
Observe os vãos dos lotes ao lado deste edifício



Prédio do Cine Vila Rica na década de 1980. Observe que as duas construções ao lado foram alteradas de acordo com os critérios estético-estilísticos do SPHAN para garantir o aspecto colonial da cidade

deveriam ser descartadas ou camufladas, como ocorreria com o prédio do Liceu de Artes e Ofícios.

A partir da década de 1940, com o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional, a cidade exigiria novos equipamentos urbanos, entre outros, um novo cinema. Entre 1941 e 1958, a família Tropia, proprietária do antigo cinema, passou a pleitear a construção de um novo cinema, mais amplo e mais adequado às normas de segurança. O debate sobre o assunto envolveu autoridades políticas, religiosas, parte dos intelectuais que se opunham aos modernistas, e ainda a imprensa da época. O SPHAN não concordava com o volume que a construção representaria na paisagem da cidade e não chegava a um acordo quanto a sua localização, daí a morosidade do processo que tanto incomodava a população local.

A adaptação do Liceu foi considerada como ideal para o cinema, segundo o SPHAN, desde que se adequasse à tipologia colonial e solucionasse o problema da volumetria da construção. As críticas sobre o resultado da obra, que foi feita sem obedecer estas recomendações, trouxeram à tona a insatisfação da população local sobre a construção do moderno Grande Hotel, na década de 1940, também volumoso e vizinho ao Liceu. Os habitantes não discutiam o valor patrimonial da cidade, mas reconheciam nela também o espaço familiar, de suas relações cotidianas; identificavam seus objetos, destacando neles suas funções e usos e não conseguiam compreender os princípios estilísticos e simbólicos que embasavam os critérios criados pelo SPHAN. Por outro lado, ao negar o crescimento da cidade e a continuidade do processo histórico que é inerente a todo conjunto urbano, o SPHAN foi responsabilizado, ficando com os gastos pela adaptação da fachada e a construção de obras novas vizinhas ao Liceu para que tudo saísse de acordo com seus critérios.

*Gerente de Patrimônio Imaterial do Iepha/MG - Texto baseado na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, na Gestão de Cidades, PUCMinas.

Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Tombo da Fumaça

As corredeiras e cachoeiras que fazem parte do Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Tombo da Fumaça, situadas na cidade mineira de Salto da Divisa, definem os limites dos estados de Minas Gerais e da Bahia.

As águas integram o Rio Jequitinhonha, que tem mais de mil quilômetros de extensão e é considerado um dos mais importantes de Minas. O curso de água nasce em Pedra Redonda, município mineiro do Serro, na Serra do Espinhaço, e tem sua foz em Belmonte, na Bahia.

O Jequitinhonha se divide em duas partes: rio de pedra e rio de areia, conforme definição em relatório do final do século XIX. No ponto extremo do rio de pedras, estão localizadas as corredeira, formadas pelo afunilamento causado pelos rochedos, que obriga o grande volume de água a seguir por estreito corredor — uma beleza que assusta pela fúria das águas.

As corredeiras e as cachoeiras, tombadas pelo Iepha em 1999, foram descritas pelo viajante austríaco Johann Emanuel Pahl, quando por lá passou, em 1820. O relato é considerado ainda hoje a mais exata descrição feita sobre esta obra-prima da natureza:

...“Nesse canal rochoso se encontram as três principais cataratas do Jequitinhonha, que, merecidamente, têm o nome de Salto Grande, sendo que cada delas se divide em várias quedas de água. A primeira cachoeira tem três interrupções, numa extensão de 90 metros de comprimento, caindo da altura de onze metros. As águas precipitam-se aqui com estrondoso ruído, espumando entre massas de rocha, num abismo insondável e a sua espuma verde-amarelada ressalta como uma coluna de pouco mais de dois metros de altura. A violência deste rio estreitado, que antes corria com a largura de 450 metros, esculpiu nos rochedos as formas bizarras que agora admiramos. Mesmo a considerável distância da cachoeira, ainda se nota a violenta erosão do rio que, durante a estação das chuvas, imunda as margens pedregosas deixando as massas de granito ora irregulares ora arredondadas, e com inúmeras cavidades umbilicadas que a água produz pelo atrito das pedrinhas arrastadas que, rodopiam sobre as massas de pedras, formando assim aquelas escavações. A segunda cachoeira, a mais violenta, está a uns 100 metros a leste da anterior. Se já estávamos encantados com a visão das outras quedas de água, muito mais iríamos ficar agora com a contemplação desse majestoso e sublime espetáculo da Natureza, que se pode ver, mas não descrever. Aqui acampamos à margem e ficamos admirando as maravilhas da Natureza que diante de nós se apresentavam em seu máximo esplendor. Cercados por águas, com múltiplos arco-íris difundindo as suas cores, entregamo-nos, mudos e estupefatos, a essa soberba paisagem natural”.

*Referência: Processo de Tombamento do Iepha/MG – Salto da Divisa/Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Tombo da Fumaça.

Acervo Iepha/MG



Final do ciclo iconográfico da Virgem Maria



Se as representações de Maria são muitas e variadas a partir do nascimento de Jesus, incluindo a volta da família para Nazaré após o exílio no Egito, estas se tornam raras até o momento de sua morte e sua posterior assunção aos céus. Concomitantemente, inexistem relatos mais detalhados de seus últimos anos de existência nos evangelhos canônicos, revelando um silêncio semelhante ao que envolve grande parte da vida de Jesus.

Uma ou outra representação da vida familiar mantém-se, como o reencontro de Jesus com os pais no Templo de Jerusalém, após ter se perdido deles, ou a morte de São José, narrada apenas nos evangelhos apócrifos. Igualmente, outros dois episódios presentes em uma série de pinturas não geraram nenhuma fonte de devoção - a saída de casa de Jesus e as Bodas de Caná, a festa onde se manifestou o primeiro milagre do filho da Virgem.

Contudo, os momentos finais de Maria produziram uma crescente memória de seu sofrimento, com as figuras da Mater Dolorosa (Nossa Senhora das Dores) e de Nossa Senhora da Piedade, além das invocações de Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Assunção e Nossa Senhora Rainha dos Anjos.

| Nossa Senhora das Dores

O culto à Mater Dolorosa deriva da veneração das chamadas Sete Dores da Virgem Maria, prenunciadas 40 dias depois do nascimento do Menino, quando Maria, levando Jesus ao templo de Jerusalém para apresentá-lo segundo a Lei Mosaica, ouviu do velho Simeão uma previsão sombria, em que uma espada transpassa a alma materna (Lucas, 2, 34-35). Essa espada é o principal elemento da representação da Virgem das Dores.

As outras seis dores da Virgem referem-se à fuga para o Egito (Mateus, 2, 13-21); ao desaparecimento do Menino Jesus durante três dias (Lucas, 2, 41-51); ao encontro com o Filho a caminho do Calvário (Lucas, 23, 27-31); à percepção de seu sofrimento e morte na cruz (João, 19, 25-27); ao recebimento do corpo tirado da cruz (Mateus, 27, 55-61) e ao seu sepultamento (Lucas, 23, 55-56). O culto teria começado no mosteiro alemão de Schönau, em 1221, e a data de 15 de setembro, para sua veneração, teria sido estabelecida em Florença, em 1239, pela Ordem dos Servitas, os servos de Maria.

A Virgem das Dores é também conhecida como Nossa Senhora da Soledade, das Angústias, das Lágrimas, das Sete Dores, do Calvário ou do Pranto.

É retratada vestida com túnica e manto nas cores roxa ou negra, com espadas cravadas no peito, geralmente dispostas em leque ou em círculo, às vezes agrupadas lateralmente, três de um lado e quatro no outro. Em alguns casos há apenas uma espada, significando o conjunto das sete dores.

Outro atributo de sua iconografia é o chamado rosário das lágrimas, 49 contas brancas divididas em sete partes de sete contas cada. A Virgem das Dores pode ser representada no Calvário, diante da cruz, vendo o sofrimento e morte de Jesus, na companhia de São João Evangelista e de Maria Madalena.

Nas duas próximas edições, confira a iconografia de N. Sra. da Piedade, N. Sra. da Boa Morte, N. Sra. da Assunção e da Coroação de Maria.

 Imagem presente na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté, MG

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG